

Zélia admite negociação sobre salários

Ministra comparece ao Congresso, discute o Plano com parlamentares e abre caminho ao entendimento

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, admitiu ontem no auditório do Senado, durante um debate que durou três horas, a possibilidade de haver mudanças no Plano Collor 2. Ela disse que o governo pretende manter o poder de compra do salário mínimo, o que significa que seu valor não ficará congelado até julho, como foi determinado inicialmente.

A oposição havia criticado o congelamento do salário mínimo, que até o plano recebia reajustes mensais e aumentos reais de 6,09% a cada dois meses.

O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) perguntou se a ministra considerava que a negociação sobre o salário mínimo daria credibilidade ao plano econômico. Zélia confirmou, acrescentando que as aposentadorias e demais benefícios da Previdência Social continuariam vinculados ao valor do salário mínimo.

A reindexação dos salários foi recusada pela ministra. O relator da Medida Provisória 295, deputado Paes Landim (PFL-PI), indagou o que aconteceria caso fosse mantido o mecanismo anterior de reajuste dos salários. "Teríamos o declínio do salário real a partir de fevereiro", garantiu Zélia. A ministra insistiu em manter a data-base unificada nos meses de janeiro e julho.

Acompanhada dos principais integrantes da equipe econômica — o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, e o secretário-executivo do ministério, João Maia —, Zélia confirmou estudos para desindexar os impostos, que estão vinculados à Taxa Referencial de Juros (TR).

IRRITAÇÃO

As acusações, feitas durante o debate no Congresso, de que o plano havia fracassado deixaram Zélia Cardoso de Mello irritada. "Houve erros e acertos, mas falar em fracasso é realmente um exagero", reagiu a ministra ao comentário do deputado Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ) de que que "o governo é teimoso" em não admitir o fracasso do plano. Enquanto Salomão criticava o Plano Collor, Zélia mal dissi-

mulava sua impaciência, olhando para o teto.

Não foi o único momento de irritação da ministra. Zélia tossia enquanto o senador Mário Covas (PSDB-SP) apontava as contradições entre o programa de governo Collor e as medidas adotadas desde março, incluindo o congelamento de preços e o bloqueio de ativos financeiros.

O momento mais tenso do debate ocorreu quando falou o deputado e economista Aluizio Mercadante (PT-SP). Ele apontou a queda do salário real registrada no último ano e criticou a emissão, pelo governo, de títulos com correção cambial: "Ou o governo não confia na sua reforma financeira ou teve o bom senso de perceber que o mercado não confia." A ministra não escondia a impaciência. "O deputado fala bem mas parece que ouve pouco", rebateu.

A seguir, Zélia reiterou sua disposição de discutir alternativas "consistentes" ao plano econômico. Ela afirmou que o presidente Fernando Collor pretende sancionar no dia 1º de maio uma nova regulamentação para os salários.

ADIAMENTOS

Sem quórum para deliberação em plenário, o Congresso adiou para terça-feira a decisão sobre a admissibilidade das duas medidas provisórias do plano econômico.

Quanto ao prazo para a entrega dos pareceres dos relatores das medidas provisórias, foi adiado para quarta-feira. Com isso os relatores esperam ter mais tempo para as negociações. O relator da MP 295, deputado Paes Landim (PFL-PI), esperava receber ontem à noite resposta do Ministério da Economia às suas sugestões de reindexação trimestral dos salários mais baixos e fim da data-base unificada. A resposta seria discutida ontem à noite na primeira rodada formal de negociação entre os líderes partidários.

O presidente da comissão que estuda a Medida Provisória 294, deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), considera que não sobreviverá a taxação de 35% de Imposto de Renda sobre o saldo devedor da casa própria coberto pelo Fundo de Compensação Salarial. Também será alterado, segundo Ponte, o dispositivo que revogou a equivalência entre os reajustes do crédito rural e o preço dos produtos agrícolas.



Zélia no Congresso, entre parlamentares e assessores: três horas de diálogo e abertura ao acordo

José Varella/AE